

MEMÓRIA E VERDADE NA PRODUÇÃO ACADÊMICA DE DOCENTES NA UFPB

ERICK DOUGLLAS DOS SANTOS 

Graduando em Serviço Social / UFPB
E-mail: erickdougllas.jp@hotmail.com

MARIA DE NAZARÉ TAVARES ZENAIDE 

Doutora em Educação / UFPB
E-mail: mntzenaide@uol.com.br

JOSÉ CLEUDO GOMES 

Doutorando em Educação / UFPB
E-mail: cleudogomes@hotmail.com

RESUMO

A aproximação de docentes universitários com o tema da memória e da verdade se situa no contexto de redemocratização após o país ter passado 21 anos sob um regime autoritário militar. Na sociedade democrática a reparação e o restabelecimento da memória e verdade são parte da reconstrução democrática, uma vez que a herança autoritária continua a atravessar a sociedade e instituições. Esse texto pretende apresentar o resultado de uma pesquisa documental realizada nos currículos Lattes dos docentes da Universidade Federal da Paraíba que realizam ações de gestão, ensino, pesquisa e extensão no tema do direito à memória e à verdade. Utiliza como arcabouço teórico, a teoria crítica da sociedade, a perspectiva da racionalidade comunicativa e a educação para o nunca mais. O texto reflete a produção docente como parte da educação em direitos humanos na educação superior e contribuição à justiça de transição.

Palavras Chaves: Direito à Verdade; Memória; História; Educação em Direitos Humanos.

MEMORY AND TRUTH IN THE ACADEMIC PRODUCTION OF UFPB'S TEACHERS

ABSTRACT

The approach of university professors to the subject of memory and truth is situated in the context of redemocratization after the country spent 21 years under a military authoritarian regime. In a democratic society, reparation and the reestablishment of memory and truth are part of the democratic reconstruction, since the authoritarian heritage continues to traverse society and institutions. This text intends to present the results of a documentary research carried out in the Lattes curricula of the professors of the Federal University of Paraíba who carry out management, teaching, research, and extension actions on the subject of the right to memory and truth. It uses as theoretical framework, the critical theory of society, the perspective of communicative rationality and education for the never again. The text reflects faculty production as part of human rights education in higher education and contribution to transitional justice.

Key Words: Right to Truth; Memory; History; Human Rights Education.

1 O DIREITO À MEMÓRIA E À VERDADE NO BRASIL

Ruti Teitel (2011) ao tratar da genealogia da Justiça Transicional relaciona não só o intervalo entre as duas Grandes Guerras Mundiais, como também o momento da realização do Tribunal de Nuremberg após a II Grande Guerra Mundial, como primeira fase em que se buscou a responsabilidade pelos crimes de guerra e contra a humanidade no âmbito internacional. Para Teitel (2011, p. 137) “o legado dos tribunais pós-guerra que penalizaram os crimes de Estado como parte de um projeto de direitos universais, em muito excedeu a força real dos precedentes históricos, e formou a base do direito moderno dos Direitos Humanos”.

A segunda fase da Justiça Transicional, acrescenta a pesquisadora, ocorre em meados de 1989, com o uso do Direito Penal Internacional e a criação do Tribunal Penal Internacional (TPI). Com a liberalização após o término da guerra fria ocorreram processos de transições no Cone Sul da América do Sul com o colapso dos regimes militares, abrindo caminhos para uma perspectiva restaurativa frente aos abusos do passado recente.

No Brasil, o Programa Nacional de Direitos Humanos 3, criado e aprovado pela XI Conferência Nacional de Direitos Humanos em 2009 e publicado pelos Decretos de nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009, e o nº 7.177, de 12 de maio de 2010, incorporando o direito à memória e à verdade como eixos da política de direitos humanos (BRASIL, 2010). As comissões da verdade criadas nos países da América Latina que viveram longos períodos autoritários, como a exemplo, do Paraguai (1954-1989), Uruguai (1973-1984), Brasil (1964-1985), Argentina (1976-1983), Bolívia (1971- 1978 e 1980-1981), Peru (1968-1980) e Venezuela (1908-1935 e 1950-1958) trataram de lidar com o legado de graves violações de direitos humanos, identificar as instituições e agentes perpetradoras de abuso e propor a implementação reformas institucionais que alterem o modo de agir dos agentes públicos do campo da segurança.

A preocupação com os abusos aos direitos humanos em tempos de regimes militares iniciou mobilizando familiares e perseguidos políticos ao longo dos momentos de restrição das liberdades fundamentais, que com a solidariedade interna e internacional, criaram os Comitês Brasileiros e Internacionais pela Anistia, o Movimento dos Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, as Comissões de Justiça e Paz, o Movimento das Avós da Praça de Maio, o Comitê de Defesa dos

Direitos Humanos para os Países do Cone Sul, os Grupos Tortura Nunca Mais, dentre outros que atuaram na resistência à ditadura no Brasil e América Latina. Os Dossiês com a memória de 1964-1985 no Brasil foram escritos pela Comissão de Justiça e Paz (Brasil Nunca Mais), pelos Grupos Tortura Nunca Mais (Dossiê sobre Mortos e Desaparecidos Políticos), pelos ex-presos políticos (O livro chamado João).

Em 4 de dezembro de 1995 o governo de Fernando Henrique Cardoso aprova a Lei nº 9.140, reconhecendo a existência de pessoas mortas e desaparecidas por ter participado de atividades políticas no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, legitimando a criação da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos em 18 de dezembro de 1995. A partir de 14 de agosto de 2002, através da Lei nº 10.536, esta Comissão passou a examinar e reconhecer os casos de morte ou desaparecimento ocorridos a data de promulgação da Constituinte Cidadã, em 05 de outubro de 1988. A Comissão de Anistia, no âmbito do Ministério da Justiça com a atribuição de analisar os requerimentos de anistia, foi criada pela Medida Provisória nº 2151-3, de 24 de agosto de 2001. Só pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, é que foi criado o Regime do Anistiado Político, assegurando o direito à Declaração de Anistiado Político e à Reparação Econômica.

Durante o governo de Luís Inácio da Silva – a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos junto com a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República lançaram em 2007 o livro-relatório “Direito à Memória e à Verdade”, realizou as Caravanas da Anistia e com a aprovação do Programa Nacional de Direitos Humanos 3 em 2009, abriu caminhos para a Comissão Nacional da Verdade, que só foi criada no governo de Dilma Rousseff, pela Lei nº 12.528, de 16 de maio de 2012 (BRASIL, 2007). Nesse processo, as universidades públicas vêm caminhando junto com os movimentos pela memória e à verdade pressionando pela construção de uma agenda pública que efetive a Justiça de Transição. Pretendemos nesse artigo, apresentar o resultado do levantamento da produção acadêmica de docentes da Universidade Federal da Paraíba resultante do Projeto Pibic-UFPB “Memória e Verdade nas Ações da Gestão, Ensino, Pesquisa e Extensão na UFPB” realizado nos períodos 2019-2021.

2 DA VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL À RESISTÊNCIA DEMOCRÁTICA

A violência, enquanto fenômeno socialmente construído na relação dos homens em sociedade, envolve o uso do componente pulsional de afirmação e conservação do eu para causar danos físicos e simbólicos ao outrem (COSTA, 2000); ou mesmo um ato de excesso no exercício da relação de poder presente nas relações sociais de produção social que produz ruptura social (SANTOS, 1986).

Nos períodos marcantes da história social brasileira - como as lutas contra a escravidão, as lutas de libertação e independência e as lutas contra o Estado Novo e a Ditadura Militar de 1964-1985 - a violência institucional, praticada por agentes públicos no exercício da função pública foi de forma desmedida e desproporcional. Em razão da “Segurança Nacional” se instalou 17 atos institucionais para normalizar os atos de violência contra a democracia. O uso excessivo do poder e da força usado em nome da racionalidade “defesa da ordem” resultou na cassação das vozes do parlamento e do fechamento do congresso, da demissão de servidores e gestores públicos, da censura à imprensa livre, da proibição legal do exercício da resistência à opressão, bem como, de mecanismos de repressão como as prisões arbitrárias e a criação de locais clandestinos para uso da tortura, do crime de desaparecimento forçado e da violência sexual.

Na perspectiva da Escola de Frankfurt é possível perguntarmos - de que modo a razão instrumental foi usada como justificção de atos graves de violações aos direitos humanos, reconhecidos no campo do Direito Internacional dos Direitos Humanos, como crimes contra a humanidade, imprescritíveis e capazes de romper com o regime democrático?

Theodor W. Adorno (2003) chama atenção para os elementos culturais impregnados no imaginário autoritário que afeta a ausência de indignação frente aos atos de violação; a repetição de atos de não responsabilização por violações aos direitos humanos; as políticas de silenciamento diante de governos autoritários e os impactos na educação. Em *Educação após Auschwitz*, o autor trata da exigência ético-política de que *Auschwitz não se repita*. Em contextos em que o autoritarismo ensaia retrocessos nas conquistas democráticas, é tempo de educar para o não-retorno como parte da educação para a democracia. Para a Escola Crítica o uso da razão (instrumental) fundada na ideia de uma ciência tecnicista não contribui para a emancipação humana, ao contrário, tem sido

argumento para produzir modelos de desenvolvimento que ferem o meio ambiente e a qualidade da vida no planeta, assim como, para justificar os regimes ditatoriais instalados para proteger a economia capitalista. A racionalidade instrumental não foi capaz de conter graves violações dos direitos humanos ao longo do século XX como foram, com as guerras, bombas atômicas e ditaduras (ADORNO e HORKHEIM, 1985). Halsen (2007), fundamentado em Habermas e Kant, ressalta a relevância da responsabilização civil pelos atos de violência como condição para o desenvolvimento moral e social do ser humano, desenvolvendo o potencial do agir comunicativo, capaz de formar sujeitos responsáveis e críticos.

Com o golpe de estado de 1964, ao romper com o pacto democrático e instalar a guerra política, a violência tornou-se verbo e cultura, sem proteção o cidadão desapareceu da racionalidade instrumental da ordem autoritária. Como então, o país atravessaria 21 anos de regime de força? Como o Brasil poderia vir a alcançar a maioria democrática? Como registrar e denunciar as graves violações e os atos da violência institucional contra os cidadãos?

Na conjugação entre indignação e solidariedade, ações cooperativas surgiram de resistência civil articulando forças capazes de escapar e furar o muro de concreto que se armou no país para a defesa do autoritarismo. Surgiram as Caravanas da Anistia, os Congressos Nacionais e Internacionais pela Anistia, a bandeira começava a entrar nas reuniões da CNBB, OAB, ABI, MDB, jogos de futebol, movimentos sindicais, populares e movimento estudantil. Nesse sentido, a resistência à violência e à opressão emerge como sinal da presença de sujeitos capazes de lutar pela liberdade e resistir à opressão e à violência mesmo quando a sombra da tirania se espalha em toda a cidade.

O regime tensionado pelo movimento pela anistia e as forças políticas internas e externas, aprova a Lei nº 6.683, sancionada em 28 de agosto de 1979, oportunizando o retorno de uma parte dos exilados políticos. Parcial, no entanto, a lei de anistia não tratou do legado histórico da ditadura, nem tocou na responsabilização pelos atos extremos de violência praticados pelos agentes públicos contra civis, adversários ao golpe de estado de 1964.

3 EDUCAR PARA NUNCA MAIS, COMPONENTE DA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

A educação para nunca mais é um componente da educação em direitos humanos em países que viveram longos anos de regimes autoritários, articulado aos eixos da Justiça de Transição, como memória, verdade, justiça, reparação e reformas das instituições de justiça e segurança. Para Abrão e Torelly (2011) as tentativas de reparação em face da violência institucional sofrida em tempos de exceção no Brasil têm sido efetivadas inicialmente, pelo reconhecimento legal da violência por parte dos agentes públicos, através da Lei nº 9.140, de 4 de dezembro de 1995, quando prescreve a responsabilidade do Estado brasileiro pela morte de opositores ao regime de 1964 no período entre 2 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, como modo de compensação e restituição material e moral. Todo esse processo de rebuscar o passado pela memória e documentos escavados em acervos públicos e privados, construindo a verdade histórica a partir da produção de documentários, autobiografias, bancos de depoimentos, dossiês e outros, tem formado o material didático da educação para nunca mais.

Os familiares em articulação com as Comissões, Comitês e Centros de Direitos Humanos iniciaram desde a década de setenta a educação para resistir à violência institucional, com a mobilização e a criação de comitês e movimentos pela anistia, ou mesmo, com a construção de dossiês para o registro, a denúncia e a memória do autoritarismo, mobilizam forças sociais que resultam na criação de assessoria jurídica-popular e a criação de clínicas políticas para amparar as vítimas do Estado, ou mesmo, registram a memória pela escrita biográfica do que foram os anos de exceção no país. Desde os anos setenta que os familiares de mortos e desaparecidos políticos aliados com setores religiosos progressistas e militantes dos direitos humanos vêm alertando e educando a sociedade brasileira para lembrar e não esquecer, para investigar a verdade da violência do Estado, para lutar pela anistia e trazer de volta para casa os exilados, bem como para realizar tribunais de opinião (BENEVIDES, 2009).

Com a instalação do Estado Democrático de Direito e a Constituição de 1988, o Estado brasileiro ratificou a Convenção Contra a Tortura em 1989 e deu início ao processo de instalação de políticas públicas de direitos humanos que pudessem reconhecer, reparar, investigar, prevenir e punir as violações aos direitos humanos,

com a criação de comitês e planos de enfrentamento a tortura, a criação de corregedorias e ouvidorias de policias, além da inclusão da disciplina de direitos humanos nas academias de formação dos órgãos de segurança.

Nesse estudo, dialogaremos com teóricos do pensamento crítico, utilizando categorias, como história e memória (LE GOFF, 2003 e 2012); memória, esquecimento, silêncio (POLLAK, 1992); memória coletiva (HALBSWACHS, 1990); escrita da História (BURKE, 1992); história oral (BOM MEIHY, 1996), história e cultura (THOMPSON, 1992); memória (BOSI, 1994), ditadura civil-militar (GERMANO, 2011; CUNHA e GÓES, 1985); Justiça de Transição (ABRÃO e TORELY, 2011); teoria crítica (ADORNO, 2004; HABERMAS, 2013; BANELL, 2006), educação para memória (ADORNO, 2004).

4 A PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE A MEMÓRIA INSTITUCIONAL DA GESTÃO DA UFPB (1964-2019)

No Brasil, as universidades foram atravessadas pelo golpe de estado de 1964, de modo que, a Universidade Federal da Paraíba (UFPB) não foi diferente. Da gestão, ao ensino, à pesquisa e à extensão conviveu-se com o autoritarismo e a lógica instrumental desconstruindo a ética democrática na ciência, bem como, a perda da autonomia política, acadêmica e financeira. A UFPB tanto foi objeto da violência institucional como também, foi agente da opressão, uma vez que, no período de 1964-1988 em relação à gestão, vivenciou experiências de destituição dos gestores públicos, com o afastamento de reitores e direções de departamentos e centros, assim como, regulando a participação social através de decretos e atos institucionais, medidas e dispositivos de repressão. No tocante aos estudantes, os Centros Acadêmicos e a participação estudantil foram reprimidos, proibidos e regulados por leis e decretos, tais como: Lei nº 4.464, de 9/11/1964, que coloca na ilegalidade as entidades estudantis e regulamenta qualquer e toda forma de participação e manifestação estudantil; o Decreto nº 57.634, de 14/01/1966, que suspende atividades da UNE; o Decreto nº 53, de 18/11/1966, e o Decreto 252, de 28/2/1967, que reestruturam as universidades federais e modificam a representação estudantil; o Decreto-lei nº 252/1967 que estabelece normas complementares ao Decreto-Lei nº 53, de 18/11/1966, e dá outras providências; e o Decreto-lei nº 228,

de 28/02/1967, que reformula a forma de organização estudantil nas universidades e permite que reitores e diretores enquadrem o movimento estudantil na legislação.

Por outro lado, a gestão também agiu praticando a violência institucional, quando por ato institucional criou os Inquéritos Policiais Militares (IPMs), a Comissão Especial de Investigação Sumária (CEIS) e a Comissão Geral de Investigação (CGI) sendo as demissões realizadas pela Comissão de Investigação Sumária (SISA), sem garantia da ampla defesa e da informação (GOMES, 2006). Na UFPB, tal memória institucional tem sido registrada e estudada com produções encampadas pela contribuição da Associação Docente, as biografias de gestores e membros da comunidade universitária, assim como, pela instalação de instâncias de gestão responsáveis pelas ações relacionadas à Justiça de Transição (Comissão de Anistia em 1999) responsável pelo Processo de Retratação Institucional e a Comissão da Verdade da UFPB em 2018, ou mesmo, pela produção acadêmica resultado de estudos e pesquisas sobre a gestão universitária durante a ditadura militar, conforme comprovam as seguintes publicações:

- Pela Associação Docente - ADUF-PB:

ADUFPb-Jp Grupo de Trabalho em prol da anistia. O caso Jomard Muniz de Brito. Um capítulo do livro negro da UFPB ou O surrealismo da repressão. João Pessoa: ADUFPb-Jp, 1979.

ADUFPb-Jp. Democratização da UFPB x Obscurantismo, xenofobia, demissões. Setembro, 1980.

CITTADINO, Monique. A UFPB e o Golpe de 64. *Cadernos da ADUFPb*. João Pessoa/PB, v. 10, p. 1-46, 1993.

- Pela Gestão da UFPB:

PORTO, Mário Moacyr. Mário Moacyr Porto: Proibidade e demissão na UFPB, Depoimento ao jornal A União. In: GUEDES, Nonato; OCTÁVIO, José; BARBOSA, Sebastião; OLIVEIRA, Carla Mary S.; NÓBREGA, Evandro. (Orgs.) *O jogo da verdade – revolução de 64 30 anos depois*. João Pessoa: A União, 1994, p. 443-451.

UFPB. *A retratação da UFPB*. Edição alusiva às comemorações dos 20 anos da Lei de Anistia. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1999.

UFPB. Portaria 136/R/GR, de 10 de maio de 2018. Criação da Comissão da Verdade da UFPB. (mimeo)

-Pela docência:

FERREIRA, Lúcia Guerra e FERNANDES, David. *UFPB 50 anos*. João Pessoa: Editora Universitária, 2006.

SCOCUGLIA, Afonso Celso. *Ditadura militar no Brasil – a vez e a voz dos perseguidos*. João Pessoa: Editora da UFPB, 2013.

SCOCUGLIA, Afonso Celso. *As provas da ditadura na política e na educação: O inquérito policial militar (IPM) da Paraíba (1964-1969)*. João Pessoa: UFPB, 2015.
SCOCUGLIA, Afonso Celso. *Populismo, ditadura e educação*. Brasil/Paraíba, anos 1960. João Pessoa: UFPB, 2009.

Uma das dificuldades para a memória do autoritarismo na gestão da UFPB tem sido o desaparecimento dos documentos das comissões criadas para punição e expulsão de membros da comunidade universitária. Mesmo com o processo de Retratação Institucional em 1999 e a criação da Comissão da Verdade da UFPB em 2018, a instituição através de seus pesquisadores, vêm desenvolvendo estudos e pesquisas sobre a memória institucional.

5 A PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE A MEMÓRIA E A VERDADE DOS DOCENTES DA UFPB

Criamos uma amostra constituída de docentes envolvidos em projetos de ensino, pesquisa e extensão no tema da memória e a verdade, assim como, de docentes que foram membros de comissões de memória, utilizando como técnica de estudo, a pesquisa documental na plataforma Lattes. Nesse processo, identificamos docentes vinculados aos Centros de Educação (CE), ao Centro de Ciências Humanas Letras e Artes (CCHLA), ao Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) e ao Centro de Ciências Agrárias (CCA). Optamos em apresentar as produções por docente de modo a identificar as possíveis relações entre campo de conhecimento e problemas investigados.

- Francisco de Assis Lemos (Centro de Ciências Agrárias – CCA):

LEMOS, Francisco de Assis. *O Vietnã que não houve: ligas camponesas e o golpe militar de 1964*. João Pessoa: Linha D'Água, 2008.

A produção do agrônomo e professor Francisco de Assis Lemos do Centro de Ciências Agrárias campus da cidade de Areia na Paraíba, antiga Escola de Agronomia da Parahyba, depois denominada Escola de Agronomia do Nordeste.

Francisco de Assis Lemos foi presidente da Federação das Ligas Camponesas na Paraíba e Deputado Estadual pelo Partido Socialista, por isso, foi cassado em 1964 e preso político. Pioneiro nas ações de extensão na UFPB, o educador atuou na assessoria às ligas camponesas o que resultou na publicação pioneira sobre as Ligas Camponesas na Paraíba, assim como, na extensão universitária.

Apesar de aposentado, o Francisco de Assis Lemos foi inserido na amostra pelo pioneirismo da abordagem do tema.

- Afonso Celso Scocuglia (Centro de Educação):

SCOCUGLIA, Afonso C. “CEPLAR: memória de um movimento de educação e cultura popular” IN: EM ABERTO N.º 56. Brasília: MEC/INEP, 1993, pp.75/80.

SCOCUGLIA, Afonso C. “CEPLAR: história e movimento social”, IN: O Jogo da Verdade - Revolução de 64, 30 anos depois. João Pessoa: A UNIÃO, 1994, pp. 291/300.

SCOCUGLIA, Afonso C. “Histórias da alfabetização política no Brasil (1961-70)” IN: Revista Educação Pública Nº 14. Cuiabá: Editora da UFMT, 1999, pp.164/185.

SCOCUGLIA, Afonso C. A história das ideias de Paulo Freire e a atual crise de paradigmas. João Pessoa: Editora da UFPB (3ª edição), 2001.

SCOCUGLIA, Afonso C. Histórias inéditas da educação popular – do Sistema Paulo Freire aos IPMs da ditadura. São Paulo: Cortez/Instituto Paulo Freire/EdUFPB, 2001.

SCOCUGLIA, Afonso C. “Método Paulo Freire, 40 anos: histórias e memórias” IN: Paulo Freire – Educação e transformação social. Recife: Editora da UFPE, 2002.

SCOCUGLIA, Afonso C. A progressão do pensamento político-pedagógico de Paulo Freire IN: Paulo Freire y la agenda de la educación latinoamericana del siglo XXI. Buenos Aires: CLACSO, 2001.

SCOCUGLIA, Afonso C. Alfabetização, religião e política: o caso da Cruzada ABC. Caxambu: ANPEd, (CD Rom), 2002.

SCOCUGLIA, Afonso C. Educação de jovens e adultos: histórias e memórias dos anos 1960. Brasília: Plano Editora, 2003.

SCOCUGLIA, Afonso C.-. Ditadura militar no Brasil – a vez e a voz dos perseguidos. João Pessoa: Editora da UFPB, 2013.

SCOCUGLIA, Afonso C. As provas da ditadura na política e na educação: O inquérito policial militar (IPM) da Paraíba (1964-1969). João Pessoa: UFPB, 2015.

SCOCUGLIA, Afonso C. Populismo, ditadura e educação. Brasil/Paraíba, anos 1960. João Pessoa: UFPB, 2009.

A produção acima do professor Afonso Celso Scocuglia revela como as experiências de Educação Popular e Educação de Jovens e Adultos através das ações extensionistas junto a Campanha de Alfabetização de Jovens e Adultos (CEPLAR), ao Centro Popular de Cultura (CPC) e ao movimento das Ligas Camponesas foram alvos da repressão.

Destacamos na produção do historiador Afonso Celso Scocuglia o diálogo com a produção teórica freiriana e a memória da educação popular, assim como o engajamento do docente com a criação da Cátedra Paulo Freire e com a linha de pesquisa Educação Popular junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação. Ressaltamos que no Nordeste a luta pela cidadania política retirando a maioria dos

nordestinos da exclusão do exercício do voto e da exclusão social moviam as experiências educativas em torno do direito à educação e da participação social e política. A produção do prof. Afonso Celso Scocuglia dar centralidade na relação da ditadura no campo da educação, seja, a educação popular, a educação básica e superior.

No campo da educação superior, Scocuglia adentra a temática da repressão na medida em que analisa e realiza uma cartografia das perseguições aos docentes e discentes da UFPB a partir dos Inquéritos Policiais Militares (IPMs). Destacamos que o Decreto-lei nº 459, de 10 de fevereiro de 1969, cria a Comissão Geral de Inquérito Policial Militar com a incumbência de promover investigação sobre atos subversivos ou contrarrevolucionários, apurar atos e responsabilidades de todos aqueles que tenham cometido crimes políticos conforma a legislação.

- Giuseppe Tosi (Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes):

TOSI, Giuseppe; FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra (Orgs.). *As Multinacionais na América Latina*. Tribunal Russell II. (Organização e editoração da edição brasileira). João Pessoa: Editora da UFPB, 2014.

TOSI, G.; N.F.G. FARENA, M.; ZENAIDE, M. de N, T.; FRANCA, M. *Direitos Humanos: Educação, Memória e Democracia*. João Pessoa: Editora do CCTA, 2020, v.1. p.1.085p

TOSI, Giuseppe; FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra (Orgs.). *Ditaduras Militares, estado de exceção e resistência democrática na América Latina*. João Pessoa: CCTA, 2016.

TOSI, Giuseppe; FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra (Orgs.) *BRASIL, violação dos direitos humanos – Tribunal Russell II*. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014. (Reedição do original em italiano de 1975)

TOSI, Giuseppe; FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra (Orgs.). *Chile, Bolívia e Uruguai. Atas da primeira sessão do Tribunal Russell II*. (Organização e editoração da edição brasileira). João Pessoa: Editora da UFPB, 2014.

TOSI, Giuseppe; FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra (Orgs.). *Contrarrevolução na América Latina. Subversão militar e instrumentalização dos sindicatos, da cultura, das igrejas - Tribunal Russell II*. (Organização e editoração da edição brasileira). João Pessoa: Editora da UFPB, 2014.

TOSI, G.; FERREIRA, L. F. G.; ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares. *40 anos da Anistia no Brasil - Lições de Tempos de Lutas e Resistências*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2021,. p.660.

A produção acadêmica do filósofo professor Giuseppe Tosi no tema da memória e verdade tem dado centralidade a Justiça de Transição na América Latina e no Brasil tendo a influência pelo diálogo e convênios do Núcleo de Cidadania e

Direitos Humanos da UFPB com a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça e com a Fundação Lélío e Lisli Basso da Itália, responsável pela coordenação dos Tribunais de Opinião realizados durante a ditadura militar e a coordenação do Congresso Internacional pela Anistia no Brasil, mobilizando exilados e defensores de direitos humanos.

Com a política da Justiça de Transição no Brasil, convênios, editais e projetos foram promovidos pelo Estado brasileiro através do Ministério da Justiça, com vistas a cumprir as metas previstas no Programa Nacional de Direitos Humanos 3 que tenham como objetivo estratégico “incentivar iniciativas de preservação da memória histórica e de construção pública da verdade sobre períodos autoritários” bem como, “apoiar técnica e financeiramente a criação de observatórios do Direito à Memória e à Verdade nas universidades e em organizações da sociedade civil”. (BRASIL, 2010,p. 175-176)

Os temas demandados pela Fundação Lélío e Lisli Basso trataram das violações aos direitos humanos no Brasil, Chile, Bolívia e Uruguai, assim como, estudos que analisem Estado de Exceção e Ditaduras Militares na América Latina e as lutas de resistência, a exemplo do movimento pela anistia no Brasil. Outra produção significativa realizada no bojo do tempo da Comissão Nacional da Verdade, criada pela Lei nº 12.528/2011 e instituída em 16 de maio de 2012, foi a relação das multinacionais com as ditaduras na América Latina.

O filósofo prof. Giuseppe Tosi, italiano e cidadão paraibano, tem articulado o campo da Filosofia com o dos Direitos Humanos na UFPB, contribuindo para a Comissão de Direitos Humanos e o Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos, através de grupos e linha de pesquisa sobre teoria e história dos direitos humanos e da democracia junto ao Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas.

Participou da Pesquisa “40 anos da anistia no Brasil” em parceria com a Fundação Lelío e Lisli Basso. Atualmente, compõe o projeto “Integra Transição no Brasil: O Legado do Tribunal Russell II de 1974 na América Latina e a História Contemporânea dos Direitos Humanos” envolvendo a UFPB, a UFRJ, UFAM sob a coordenação da PUC-RJ.

- Lúcia de Fátima Guerra Ferreira (Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes):

- FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. Histórias de repressão em tempos de expansão (1964-1984). Relatório técnico científico anual. João Pessoa: UFPB- Departamento de história, agosto, 2006. 39 p.
- FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra; ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares; MELO, V. L. B. E. Direito à memória e à verdade - saberes e práticas docentes. João Pessoa: CCTA, 2016, v.1. p.193.
- FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra; ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares; MELO, V. L. B. E. Direito à memória e à verdade: Reflexões sobre experiências pedagógicas In: IX Seminário Internacional de Direitos Humanos da UFPB, 2017, João Pessoa. *Desafios e perspectivas da democracia na América Latina*. João Pessoa: CCTA/UFPB, 2017. v.1. p.315 – 322.
- FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra; FERNANDES, David. (org.). *UFPB 50 Anos*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2006, p. 105
- FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra e NUNES, Paulo Giovanni Antonino. I finanziamenti privati internazionali alle dittature militari in America Latina. In: MONINA, Giancarlo (a cura di) Memorie di repressione resistenza e solidarietà in Brasile e in America Latina. Roma: Ediesse, 2013.
- FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. Ditadura militar na Paraíba: documentos e memórias. In: DANTAS, Eder; NUNES, Paulo Giovanni Antonino; SILVA, Rodrigo Freire de Carvalho e. Golpe civil-militar e ditadura na Paraíba. História, memória e construção da cidadania. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014, pp. 263-288.
- FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra, ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares e MELO, Vilma de Lurdes Barbosa e. *Direito à memória e à verdade: Saberes e práticas docentes*. 2. ed.- João Pessoa: CCTA, 2017. 194p. il. (Coleção Direitos Humanos). http://www.cchla.ufpb.br/ncdh/wp-content/uploads/2017/10/Direito_Mem%C3%B3ria_Verdade.pdf
- FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. Documentação e acesso aos documentos da repressão na Paraíba. In: PESSOA, Ângelo Emílio da Silva; LÔBO, Isamarc Gonçalves; BEZERRA, Josineide da Silva, (Orgs). História e Sociedade: saberes em diálogo. Campina Grande: Edufcg, 2014, pp. 149-165.
- FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. O Tribunal Russell II e a voz da resistência à ditadura militar no Brasil. Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos. v. 4, n. 2 (2016). <https://www3.faac.unesp.br/ridh/index.php/ridh/article/view/39>
- NUNES, Paulo Giovanni Antonino; FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra [et. al...]. Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba. *Relatório final*. João Pessoa: A União, 2017.
- TOSI, Giuseppe; FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra; ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares. *40 anos da anistia no Brasil*. Lições de tempos de lutas e resistências. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2021.

A docente e historiadora Lúcia de Fátima Guerra Ferreira é uma das docentes pesquisadoras no tema da Justiça e Transição na América Latina e Brasil e na Universidade Federal da Paraíba. Organizadora da publicação que trata dos 50 anos da UFPB, a docente tem atuado nos estudos do acervo da UFPB, assim como, na preservação da memória institucional e na realização da educação para memória no âmbito da universidade. Como membro e vice-coordenadora da Comissão Estadual

da Verdade e Preservação da Memória representando o Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos da UFPB, a docente tem contribuído com os estudos do acervo do Tribunal Russell II em parceria com a Fundação Lelio e Lisli Basso, Itália.

A historiadora Lúcia de Fátima Guerra Ferreira foi fundadora do Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos, onde coordenou o trabalho de organização do acervo da DOPS na Paraíba e do acervo do Diretório Central dos Estudantes, assim como do acervo do Arquivo Central da UFPB. Com a aposentadoria, vem contribuindo com a instalação do Memorial da Democracia junto à Fundação Casa José Américo.

Participou da Pesquisa “40 anos da anistia no Brasil” em parceria com a Fundação Lelio e Lisli Basso. Atualmente, compõe o projeto “Integra Transição no Brasil: O Legado do Tribunal Russell II de 1974 na América Latina e a História Contemporânea dos Direitos Humanos” envolvendo a UFPB, a UFRJ, UFAM sob a coordenação da PUC-RJ.

- Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira (Centro de Ciências Sociais Aplicadas):

OLIVEIRA, B. M. J. F.; ROSAS, M. N. B. (Org.) ; CÓRDULA, A. C. C. (Org.) . *Vidas desarmadas*: memórias que narram os arquivos privados pessoais. João Pessoa, PB: UFPB, 2019, v. 1. 286p .

LIMA, E. F. ; MARIANO, N. R. C. ; OLIVEIRA, B. M. J. F. Memória Institucional da UFPB: a coleção paraibana da Biblioteca Central. In: Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira; Maria Nilza Barbosa Rosa; Nayana Rodrigues Cordeiro Mariano; Ana Claudia Cruz Córdoba. (Org.). *Patrimônio, Informação e Memória*: tríade para o fortalecimento identitário. João Pessoa, PB: UFPB, 2019, v. 1, p. 105-120.

SOUSA, R. P. M. ; OLIVEIRA, B. M. J. F. ; SOUSA, M. R.F ; DIAS, G. A. Usos e abusos da memória: transitando por entre os arquivos da ditadura no Brasil. In: Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira; Maria Nilza Barbosa Rosa; Nayana Rodrigues Cordeiro Mariano; Ana Cláudia Cruz Córdoba. (Org.). *Patrimônio, Informação e Memória*: tríade para o fortalecimento identitário. João Pessoa, PB: UFPB, 2019, v. 1, p. 285-304.

SILVA, E. P. ; SILVA, S. L. A. ; ROSAS, M. N. B. ; MARIANO, N. R. C.; OLIVEIRA, B. M. J. F. O arquivo da SODS na UFPB: partículas da memória e da história. In: Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira; Maria Nilza Barbosa Rosa; Nayana Rodrigues Cordeiro Mariano; Ana Claudia Cruz Córdoba. (Org.). *Patrimônio, Informação e Memória*: tríade para o fortalecimento identitário. João Pessoa, PB: UFPB, 2019, v. 1, p. 15-30.

CÓRDULA, A. C. C. ; OLIVEIRA, B. M. J. F. Revelando a Arte no Escritor: arquivo pessoal de Políbio Alves. In: OLIVEIRA, B.M.J.F. de; ROSA, M.N.B. CÓRDULA, M.N.B. (Org.). *Vidas Desarmadas*: memórias que narram os arquivos privados pessoais. João Pessoa, PB: UFPB, 2019, v. 1, p. 123-140.

SANTOS, Antônio Felipe dos Santos e OLIVEIRA, Bernardina Maria Juvenal Freire de. Atuação dos perpetradores de violações de Direitos Humanos na Universidade Federal da Paraíba: revelações dos documentos do Conselho Superior Universitário, no período do Golpe de 1964. In: Edna Gusmão de Góes Brennand [et. al...]. *Universidades e perpetradores de violações de direitos humanos: constelações de estudos e pesquisas* [Recurso eletrônico]. Campina Grande: EDUEPB, 2021.

A produção da professora Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira acima relacionada destaca a centralidade com os estudos de memória institucional, a identificação dos arquivos institucionais da Secretaria dos Órgãos Deliberativos da Administração Superior (SODS) da UFPB, bem como, com o desarquivamento da memória pessoal de Políbio Alves, um dos perseguidos políticos pela ditadura militar, assim como, a construção de estudos que retiram as vítimas dos arquivos pessoais para o cenário social, contribuindo com a voz dos silenciados. Através do Grupo de Pesquisa Interinstitucional intitulado Rede Interdisciplinar de Estudos sobre Violências (RIEV), convênio da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) com a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e a Universidade de Valência/Espanha desenvolvem estudos sobre os perpetradores de violações de direitos humanos em regimes autoritários.

Ressalta-se a contribuição de Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira, graduada em Biblioteconomia com a criação do Grupo de Estudos e Pesquisa em Cultura, Informação, Memória e Patrimônio do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da UFPB (Gecimp) e a atuação na linha investigativa de Informação, Memória e Sociedade do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFPB, como também, na Comissão da Verdade da UFPB.

- Monique Guimarães Cittadino (Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes):

CITTADINO, Monique. A UFPB e o Golpe de 64. *Cadernos da ADUFPb*. João Pessoa/PB, v. 10, p. 1-46, 1993.

CITTADINO, Monique. Populismo e golpe de estado na Paraíba. João Pessoa: UFPB / Idéia, 1998.

CITTADINO, Monique. Poder local e ditadura militar. O governo João Agripino – Paraíba (1965- 1971). Bauru: Edusc, 2006.284

CITTADINO, Monique. Pedro Gondim: um governador entre Deus e o Diabo. In DANTAS, Eder; NUNES, Paulo Giovanni Antonino; SILVA, Rodrigo Freire de Carvalho e. Golpe civil-militar e ditadura na Paraíba. História, memória e construção da cidadania. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014, pp. 13-32

ALMEIDA, Marlene Costa; CITTADINO, Monique; FREIRE, Rodrigo; ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares. *Relatório da Comissão Municipal da Verdade*. João Pessoa: Editora CCTA, 2020.

CITTADINO, Monique e SILVA, Rodrigo Freire de Castro. Dom José Maria Pires, uma voz na resistência à ditadura militar. In: TOSI, Giuseppe; FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra; ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares. *40 anos da anistia no Brasil*. Lições de tempos de lutas e resistências. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2021.p. 311-350.

A produção da historiadora Monique Guimarães Cittadino tem se destacado pela análise do processo histórico de instalação do golpe de estado e do regime militar na Paraíba, decifrando as relações entre as forças agrárias e populistas com os processos de resistência social, dando centralidade a análise de governos que atravessaram o golpe e a instalação do regime de exceção seja no âmbito do Estado da Paraíba, seja na cidade de João Pessoa. Insere, ainda, a preocupação nos quarenta anos da anistia, a memória do arcebispo da Paraíba, Dom José Maria Pires, como uma voz significativa da resistência à ditadura militar nos conflitos agrários e a criação do Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese da Paraíba em 1976.

O foco na história social do tempo presente busca refletir os impactos no exercício da cidadania em tempos de restrição de direitos com a instalação dos atos institucionais e os dispositivos de repressão atingindo diretamente o parlamento e o poder executivo assim como, as organizações sociais.

A docente e historiadora Monique Guimarães Cittadino vincula-se e compartilha a liderança do Grupo de Estudos e Pesquisa Memória, Política de Direitos Humanos e ao Grupo de Estudos e Pesquisas em História do Brasil Republicano, assim como, a Linha de Teoria e História dos Direitos Humanos junto ao Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas da UFPB. No âmbito da gestão, é coordenadora da Comissão da Verdade da UFPB e atuou como membro da Comissão Municipal da Verdade de João Pessoa.

- Paulo Giovani Antonino Nunes (Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes):

BEZERRA, J. S. (Org.) ; SANTOS NETO, M. G. (Org.) ; NUNES, Paulo Giovani Antonino (Org.) *História Política: rupturas institucionais e revoluções*. 1. ed. João Pessoa: Editora da UFPB, 2018. 318p

NUNES, Paulo Govani Antonino; MAIA, T. A. (Org.) . As ditaduras militares no Brasil e no Cone Sul: História, historiografia e memória. In: *Saeculum - Revista de*

- História*. João Pessoa: Departamento de História da UFPB, 2018. 389p
- NUNES, Paulo Giovanni Antonino; PETIT, P. (Org.) ; LOHN, R. L. (Org.) . Utopia e repressão: 1968 no Brasil. 1. ed. Salvador: Saggá Editora, 2018. 355p
- DANTAS, E. (Org.) ; NUNES, Paulo Giovanni Antonino (Org.) ; SILVA, R. F. C. E. (Org.) . Golpe Civil-Militar e Ditadura na Paraíba: História, Memória e Construção da Cidadania. 1ª. ed. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014. 342p
- NUNES, Paulo Giovanni. A atuação do Serviço Nacional de Informação (SNI) na Universidade Federal da Paraíba (UFPB): a vigilância sobre os dirigentes universitários (1976-1985). *SÆCULUM - Revista de História João Pessoa*: PPGH-CCHLA-UFPB, jul./dez. 2018, 39, p. 19-36.
- NUNES, Paulo Giovanni Antonino [et. al...]. Relatório final. Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba. João Pessoa: A União, 2017.
- NUNES, Paulo Giovanni Antonino. As experiências da luta armada no estado da Paraíba. Disponível em:
http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1427929302_ARQUIVO_TextoAnpuhnacional2015-doc.pdf. Acesso em 08 mar. 2019.
- MAIA, T. A. ; NUNES, Paulo Giovanni Antonino . As ditaduras no Cone Sul: um passado presente, um debate urgente! In: *SAECULUM – Revista de História*. João Pessoa: Departamento de História da UFPB, 2018, v. 39, p. 13-18.
- NUNES, Paulo Giovanni Antonino. Ataque ao parlamento: as cassações de mandatos durante a ditadura militar no estado da Paraíba (1964-1969). *SAECULUM*, v. 31, p. 285-304, 2014.
- NUNES, Paulo Giovanni Antonino. Golpe civil-militar e repressão no imediato pós-golpe: os casos da Paraíba e Minas Gerais. *Cadernos de História*, v. 15, p. 63-91, 2014.
- NUNES, Paulo Giovanni Antonino. Golpe Civil-Militar e repressão no imediato pós-golpe em Minas Gerais. *Cadernos do Tempo Presente*, v. 12, p. 3-15, 2013.
- NUNES, Paulo Giovanni Antonino. Golpe civil-militar na Paraíba: Repressão e legitimação de parte da sociedade civil no imediato pós-golpe. *Revista Perspectiva Histórica*, 2012, v. 2, p. 35-55.
- NUNES, Paulo Giovanni Antonino. Estado versus sociedade civil: o processo de transição para democracia na Paraíba (1975-1979). *Prim@ Facie*, v. 8, p. 57-84, 2009.

O historiador e comunicador social Paulo Giovanni Antonino Nunes apresenta uma significativa produção construída a partir de pesquisas na UFPB. Como docente do Programa de Pós-Graduação em História tem atuado no Grupo de Estudos e Pesquisas em História do Século XX (GEPHiS20), na linha de pesquisa Estruturas Econômicas e Culturas Políticas no Século XX; do Grupo de Pesquisa História Política - Culturas políticas na História e do Grupo de Trabalho Nacional em História Política da Anpuh (GTNHP).

Dentre os temas investigados pelo docente, destacam-se os estudos relacionados aos mecanismos de informação e segurança durante a ditadura militar, como o Sistema Nacional de Informações na UFPB, as cassações de mandatos do

poder executivo e parlamentar, a vigilância institucional na UFPB e a repressão em 1968 com o Ato Institucional nº5, além da preocupação com os movimentos de resistência a exemplo da luta armada na Paraíba.

No âmbito da gestão social, Paulo Giovani Antonino Nunes tem contribuído representando a UFPB na coordenação da Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória.

Telma Dias Fernandes (Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes):

AVELINO, G. O.; MONTOIA, Ana; FERNANDES, Telma Dias (Org.). *Ditaduras: a desmesura do poder*. 1. Ed. São Paulo: Intermeios, 2015. V. 01. 393p

FERNANDES, Telma Dias; ROCHA, Washington . *1968 o ano que ficou: memórias afetivas*. 1. Ed. João Pessoa: mídia gráfica editora ltda, 2017. V. 01. 205p .

FERNANDES, Telma Dias. Escritos autobiográficos: e escrita da história: historiografia e relatos sobre o período militar brasileiro. In: 5º Seminário Nacional de história da historiografia: biografia e história intelectual, 2011. Ouro Preto: EdUFOP, 2011. P. 01-10.

A historiadora Telma Dias Fernandes tem contribuído com a construção da memória da ditadura quando constrói a partir das vozes dos perseguidos políticos a memória afetiva dos tempos de clandestinidade, de lutas de resistência, de prisões políticas e exílio. O ano de 1968 foi marcante para a vida e a cidadania política no Brasil, a partir da instalação do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, que concede poderes ao presidente de intervenção no poder executivo e nos Estados e Municípios, seja para prover a cassação dos direitos políticos, a suspensão de manifestações populares e do habeas corpus, assim, como a censura à imprensa e à cultura.

Em 9 de novembro de 1964, por força da Lei nº 4.464, o regime militar colocou na ilegalidade as entidades estudantis e regulamentou qualquer e toda forma de participação e manifestação estudantil. O movimento estudantil foi alvo das ações repressivas em face da resistência estudantil através de manifestações de rua, a partir de medidas regulatórias e de disciplinamento, como o Decreto nº 57.634, de 14 de janeiro de 1966, suspendendo as atividades da União Nacional dos Estudantes (UNE), o Decreto-lei nº 228, de 28 de fevereiro de 1967, que reformula a organização estudantil nas universidades, ao mesmo tempo em que autoriza os dirigentes a enquadrarem o movimento estudantil na legislação repressiva. Com o Decreto-lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969, o Estado militar acentua a repressão

com a criminalização da participação política, definindo as infrações disciplinares. A Portaria nº 3.524, de 3 de outubro de 1970, dispõe sobre os processos sumários instaurados em decorrência do previsto no Decreto-lei nº 477, /1969, e a Portaria 149 proíbe manifestações políticas contrárias ao regime instituído pelo golpe militar nas universidades.

Maria de Nazaré Tavares Zenaide (Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes):

ALMEIDA, Marlene Costa; CITTADINO, Monique; FREIRE, Rodrigo; ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares. *Relatório da Comissão Municipal da Verdade*. João Pessoa: Editora CCTA, 2020.

BEZERRA, J. O.; ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares ; GOMES, J. C. Memória e Verdade como eixo da Educação em Direitos Humanos: Tramas tecidas entre silenciamentos e resistências. In: TOSI, Giuseppe; FARENA, Maritza, ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares, FRANÇA, Marlene Helena de Oliveira e CALAÇA, Suelidia Maria. (Org.). *Direitos Humanos: Educação, Memória e Democracia*. 1ed. João Pessoa: Editora do CCTA, 2020, v. 1, p. 182-191.

DOUGLAS, Erick e ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares. Projeto Memória e verdade nas ações da gestão, ensino, pesquisa e extensão na UFPB. João Pessoa: NCDH-UFPB, 2019-2020 (mimeo).

FRANÇA, Marlene Helena de Oliveira; ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares (Orgs.) *Direitos Humanos, Estado de Exceção e Lutas Democráticas na América Latina*. 1. ed. João Pessoa: Editora do CCTA, 2020.

FRANÇA, Marlene Helena de Oliveira e CALAÇA, Suelidia Maria. (Orgs.). *Direitos Humanos: Educação, Memória e Democracia*. 1ed. João Pessoa: Editora do CCTA, 2020, v. 1, p. 45-51.

FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra; ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares; MELO, Vilma de Lurdes Barbosa e. . *Direito à memória e à verdade: reflexões sobre experiências pedagógicas*. In: IX Seminário Internacional de Direitos Humanos da UFPB, 2017, João Pessoa. Desafios e perspectivas da democracia na América Latina. João Pessoa: CCTA/UFPB, 2017. v. 1. p. 315-322.

GOMES, J. C. ; BEZERRA, J. O. ; ZENAIDE, M. N. T. Memória e verdade como eixo da educação em direitos humanos: tramas tecidas entre silenciamentos e resistências. In: *X Seminário Internacional de Direitos Humanos - Direitos Humanos: Educação, Memória e Democracia*. João Pessoa: Editora do CCTA, 2020. v. 1. p. 182-191.

GOMES, José Cleudo; BEZERRA, Julyanna de Oliveira; ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares. Trilhas para liberdade: cartografia sobre a anistia (1964-1979). In: TOSI, Giuseppe; FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra; ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares. *40 anos da anistia no Brasil*. Lições de tempos de lutas e resistências. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2021, p. 507-588.

TOSI, Giuseppe; FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra; ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares. *40 anos da anistia no Brasil*. Lições de tempos de lutas e resistências. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2021.

VIOLA, Solon ; ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares. Entre memórias e Direitos Humanos. In: Victoria Kandel, Nèstor Manchini y Matías Penhos (Orgs.).

Educación en Derechos Humanos en América Latina Construyendo perspectivas

- y trayectorias*. 1ed. Lanús, Argentina: Universidad Nacional de Lanús, 2017, v. 1, p. 39-55.
- ZENAIDE, M. N. T.; BEZERRA, J. O. A produção acadêmica em memória, verdade e justiça na UFPB (2007-2020): o que revelam as pesquisas científicas. *Informação & Sociedade* (UFPB. ONLINE), 2020, v.30, p.1 - 31.
- ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares. Políticas de extensão universitária e a disputa pela: a questão dos direitos humanos na UFPB. 2010. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPB, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.
- ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares. Educar para “nunca más”: memória e resistência campesina em Mari, PB, Brasil. In: *Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos*. Bauru: Observatório de Educação em Direitos Humanos, jul./dez. 2014, v. 2, n. 3, p. 113-130.
- ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares; VIOLA, Solon. Dos dispositivos da vigilância na ordem ditatorial e democrática: diálogos sobre continuidades e rupturas no contexto nacional e paraibano In: *V Colóquio Internacional IHU - Os Direitos Humanos em Face dos Dispositivos de Vigilância e Controle da Cidadania*. São Leopoldo RS: Unisinos, 2016. v.1. p.177 – 382.
- ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares. A UFPB nas trilhas do autoritarismo In: ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares [et al.], *A Formação em Direitos Humanos na Educação Superior no Brasil: trajetórias, desafios e perspectivas*. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014, p. 339-372.
- SANTOS, E. D. ; ZENAIDE, M. N. T. Memória e Verdade em debate. In: TOSI, Giuseppe; FARENA, Maritza, ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares, SILVA, Rodrigo Freire de Carvalho; ZENAIDE, M. N. T. ; CITTADINO, M. G. ; ALMEIDA, M. C. . Direito à memória e à verdade e Justiça de transição no Brasil: A Experiência da Comissão Municipal da Verdade de João Pessoa. In: FREIRE, Rodrigo; NOBREGA, Mônica. (Orgs.). *XI CCHLA Conhecimento em Debate: Universidade e desafios do tempo presente: homenagem a Eleonora Menicucci*. E-Book de trabalhos completos. 1ed. João Pessoa: Editora UFPB, 2018, v. 1, p. 29-39.
- FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra, ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares e MELO, Vilma de Lurdes Barbosa e. *Direito à memória e à verdade: Saberes e práticas docentes*. 2. ed.- João Pessoa: CCTA, 2017. 194p. il. (Coleção Direitos Humanos). http://www.cchla.ufpb.br/ncdh/wp-content/uploads/2017/10/Direito_Mem%C3%B3ria_Verdade.pdf
- ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares. Educação em Direitos Humanos: uma proposta metodológica. In: ALCANTARA, Aureli Alves de... [et al.]. (Org.). *Curso Intensivo de Educação em Direitos Humanos, Memória e Cidadania 2020*. 1ed. São Paulo: Memorial da Resistência de São Paulo, 2020, v. 1, p. 61-89.
- ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares; SILVEIRA, Rosa Maria Godoy e VILAR, Suyane Alves de Queiroga. Anistia no Brasil – Linha do Tempo. In: TOSI, Giuseppe; FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra; ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares. *40 anos da anistia no Brasil*. Lições de tempos de lutas e resistências. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2021, p. 107-146.
- ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares; SILVEIRA, Rosa Maria Godoy e VILAR, Suyane Alves de Queiroga. Anistia no Brasil – Linha do Tempo. In: TOSI, Giuseppe; FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra; ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares. *40 anos da anistia no Brasil*. Lições de tempos de lutas e resistências. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2021, p. 107-146.

Seguindo a linha da tese de doutoramento em educação na UFPB a docente Maria de Nazaré Tavares Zenaide tem dado continuidade à memória institucional dos direitos humanos e do direito à memória e à verdade na UFPB. O Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos da UFPB integra de forma institucional o tema do direito humano à memória e à verdade, de modo que favorece a participação da docente em seminários e pesquisas internacionais, em projetos educativos de extensão, assim como na orientação e no ensino da graduação e pós-graduação, através de disciplinas e módulos e orientações no tema na linha de políticas de educação em direitos humanos do Programa de Pós-graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas e na linha de educação popular no Programa de Pós-Graduação em Educação.

Como membro do NCDH, atua na formação em direitos humanos junto ao sistema de educação básica e superior, realizando cursos e elaborando materiais educativos para educação do nunca mais. Integra os Grupos de Estudos e Pesquisas sobre a Pedagogia Freiriana e o de Estudos e Pesquisa Memória, Política de Direitos Humanos. Foi membro da Comissão Municipal da Verdade, atuando na pesquisa “40 anos da anistia no Brasil” em parceria com a Fundação Lelio e Lisli Basso. Atualmente, compõe o projeto “Integra Transição no Brasil: O Legado do Tribunal Russell II de 1974 na América Latina e a História Contemporânea dos Direitos Humanos” envolvendo a UFPB, a UFRJ, UFAM sob a coordenação da PUC-RJ. É membro da Comissão da Verdade da UFPB que instalada tardiamente, ainda terá muito a pesquisar e socializar com a comunidade acadêmica.

- Rodrigo Freire de Carvalho Silva (Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes):

ALMEIDA, Marlene Costa; CITTADINO, Monique; FREIRE, Rodrigo; ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares. *Relatório da Comissão Municipal da Verdade*. João Pessoa: Editora CCTA, 2020.

CITTADINO, Monique e SILVA, Rodrigo Freire de Castro. Dom José Maria Pires, uma voz na resistência à ditadura militar. In: TOSI, Giuseppe; FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra; ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares. *40 anos da anistia no Brasil*. Lições de tempos de lutas e resistências. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2021.p. 311-350.

SILVA, Rodrigo Freire de Carvalho e. “O Partido Comunista Brasileiro na Paraíba: luta de massas entre a democracia e o autoritarismo”. In: DANTAS, Eder; NUNES, Paulo Giovanni Antonino; SILVA, Rodrigo Freire de Carvalho. *Golpe civil-militar e*

- ditadura na Paraíba*. História, memória e construção da cidadania. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014, pp. 62-77.
- AVELINO, G. O.; MONTOIA, Ana; FERNANDES, Telma Dias (Orgs.). *Ditaduras: a desmesura do poder*. 1. ed. São Paulo: Intermeios, 2015. v. 01. 393p
- SILVA, Rodrigo Freire de Carvalho. Sem razão e com força. Chile 40 anos depois do golpe. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, 2013, v. 97, p. 62-66.
- SILVA, Rodrigo Freire de Carvalho e; NUNES, P. G. A. (Org.) ; DANTAS, E. S. (Org.) . *Golpe Civil-Militar e ditadura na Paraíba: história, memória e construção da cidadania*. 1. ed. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014. 344p
- WACLAWOVSKY, L. E. ; SILVA, Rodrigo Freire de Carvalho . Democracia e Estado de Exceção no Brasil: quanta exceção cabe em uma democracia?. In: SILVA, Luciano Nascimento (Org.). *Limites dos direitos humanos*. In: *Sociedade, Direito, Política e Democracia*. 1ed.Campina Grande: EDUEPB, 2020, v. 1, p. 85-103.
- VILAR, S. A. Q. ; SILVA, Rodrigo Freire de Carvalho . Considerações sobre o direito à memória e à verdade e a Lei de anistia no Brasil: Como fica a (IN)Aplicação dos crimes de lesa humanidade?. In: TOSI, Giuseppe Tosi; FARENA, Maritza N.F. C. ; ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares; FRANÇA, Marlene Helena de Oliveira ; Suelídia Maria Calaça. (Orgs.). *Direitos Humanos: Educação, Memória e Democracia*. 1ed.João Pessoa: Editora do CCTA, 2020, v. 1, p. 25-44.
- SILVA, Rodrigo Freire de Carvalho. O Árbitro: A Atuação da Assessoria de Segurança e Informação da UFPB durante a ditadura militar. In: Giuseppe Tosi, Maritza N.F. C. Farena, Maria de Nazaré Tavares Zenaide, Marlene Helena de Oliveira França, Suelídia Maria Calaça. (Orgs.). *Direitos Humanos: Educação, Memória e Democracia*. 1ed.João Pessoa: Editora do CCTA, 2020, v. 1, p. 144-163.
- CITTADINO, M. G. ; SILVA, Rodrigo Freire de Carvalho . A ditadura militar e a repressão política na UFPB. In: FERNANDES, David Campos. (Org.). *UFPB 65 anos: a ciência, a técnica e a arte da Paraíba*. João Pessoa: Editora da UFPB, 2020, v. 1, p. 42-.
- SILVA, Rodrigo Freire de Carvalho. O Levante Comunista de 1935 no Brasil: memória, história e repressão violenta. In: TOSI, G; ALIAGA, L.; SILVA, R.F.C.. (Orgs.). *Centenário da Revolução Russa: balanços e reflexões*. 1ed.João Pessoa: Editora UFPB, 2019, v. 1, p. 149-171.
- SILVA, R. F. C.; ZENAIDE, M. N. T. ; CITTADINO, M. G. ; ALMEIDA, M. C. Direito à memória e à verdade e Justiça de transição no Brasil: A Experiencia da Comissão Municipal da Verdade de João Pessoa. In: SILVA, Rodrigo Freire de Carvalho e; Mônica Nobrega. (Orgs.). *XI CCHLA Conhecimento em Debate: Universidade e desafios do tempo presente: homenagem a Eleonora Menicucci*. E-Book de trabalhos completos. João Pessoa: Editora UFPB, 2018, v. 1, p. 29-39.
- SILVA, Rodrigo Freire de Carvalho . Golpes de Estado e persistências autoritárias: A difícil construção democrática no Brasil. In: DIAS, Adelaide Alves; TOSI, Giuseppe. (Orgs.). *Desafios e perspectivas da democracia na América Latina*. João Pessoa: Editora do CCTA, 2017, p. 115-134.
- SILVA, Rodrigo Freire de Carvalho. Golpe de Estado e violações dos direitos humanos no Chile. In: AVELINO, N., FERNANDES, T.D., MONTOIA, A. (Orgs.). *Ditaduras: a desmesura do poder*. 01ed.São Paulo: Intermeios, 2015, p. 129-146.
- SILVA, Rodrigo Freire de Carvalho. O Partido Comunista Brasileiro na Paraíba: luta de massas entre a democracia e o autoritarismo. In: SILVA, R. F. C. e; NUNES, P. G. A.; DANTAS, E.S. (Org.). *Golpe Civil-Militar e ditadura na Paraíba*:

história, memória e construção da cidadania. 1ed. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014, p. 62-77.

SILVA, Rodrigo Freire de Carvalho? Chove sobre Santiago?: entre mitos e tragédias da História do Chile. In: MIRANDA, Samir Perrone de. (Org.). *Cinema & Humanidades: ensaios multidisciplinares*. 1ed. João Pessoa: Editora da UFPB, 2013, v., p. 157-173.

O professor Rodrigo Freire de Carvalho Silva atua com a História, a Ciência Política e os Direitos Humanos na América Latina e Brasil. Nesse processo, tem desenvolvido intercâmbio e estudos sobre o golpe de Estado e as violações dos direitos humanos no Chile. No âmbito nacional, tem pesquisado a partir do doutoramento a participação do Partido Comunista Brasileiro na Paraíba, desde o Levante Comunista de 1935 até o golpe de 1964. Nesse bloco de temas, se aproxima dos estudos sobre anistia e crimes de lesa humanidade no Brasil, a Justiça de Transição e o direito à memória e à verdade, bem como, democracia, autoritarismo e persistências autoritárias.

Sobre a Paraíba, tem atuado o prof. Rodrigo Freire de Carvalho Silva na Comissão Municipal da Verdade de João Pessoa e também é membro da Comissão da Verdade da UFPB. Atua como líder do Grupo de Estudos e Pesquisa Memória, Política de Direitos Humanos, ao mesmo tempo em que integra a linha de pesquisa em Teoria e História dos Direitos Humanos do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas e da linha do Programa de Pós-Graduação em Ciências Políticas, ambos no Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes onde exerce cargo de direção do mesmo.

- Iranice Muniz Gonçalves (Centro de Ciências Humanas, Sociais e Agrárias):

MUNIZ, Iranice Gonçalves. *Protagonistas de um Sonho*: desafio da assessoria jurídica no campo. João Pessoa: Imprell, 2000.

MUNIZ, Iranice G.; SILVA, E. E. D. (Orgs.) *Memoria, Verdade e Justiça de Transição*. 01. ed. Florianópolis: Conpedi, 2015. v. 01. 450p .

MUNIZ, I. G.; CARVALHO, C. M. Mudança de lentes através da justiça restaurativa. In: SILVA, Luciano Nascimento. (Org.). *Fundamentos históricos epistemológicos dos direitos humanos*: Linguagem, Memória e Direito. 1ed. Campina Grande: EDUEPB, 2020, v. 01, p. 80-91.

NOBREGA, E. M. ; MUNIZ, I. G. A política democrática contemporânea à luz da verdade arendtiana. In: SILVA, Luciano Nascimento. (Org.). *Fundamentos históricos e epistemológicos dos direitos humanos*: Linguagem, Memória e Direito. 01ed. Campina Grande: EDUEPB, 2020, v. 01, p. 120-134.

BARBOSA, G. M. ; MUNIZ, I. G. Pluralismo autoritário e democrático liberal: direitos humanos em apuros. In: SILVA, Luciano Nascimento. (Org.). *Fundamentos*

históricos e epistemológicos dos direitos humanos: Linguagem, Memória e Direito. 01ed.Campina Grande: EDUEPB, 2020, v. 01, p. 164-176.

MUNIZ, I. G.; BARBOSA, G. M. . Hannah Arendt e o atual autoritarismo à brasileira: Governo pós eleições de 2018. In: SILVA, Luciano Nascimento. (Org.). *Limites dos direitos humanos: Sociedade, Direito, Política e Democracia.* 01ed.Campina Grande: EDUEPB, 2020, v. 01, p. 49-66.

MUNIZ, I. G. Cooperação Jurídica Internacional: Tortura como Crime contra a Humanidade e a Justiça de Transição no Brasil. *Direito internacional dos direitos humanos.* 01ed.Zaragoza: Universidad Zaragoza, 2019, v. 24, p. 141-156.

MUNIZ, I. G.; SANTOS, Y. G. Memória, Verdade e Direitos Humanos no Meio Rural Paraibano. In: RECHEMBACH, Fabiana; TOSI, Giuseppe; FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra . (Orgs.). *Ditaduras Militares, Estado de Exceção e Resistência Democrática na América Latina.* 01ed.João Pessoa: CCTA, 2016, v. 01, p. 22-50. 9.

MUNIZ, Iranice G. História e memória no meio rural brasileiro. In: HOGEMANN, SANTOS, Edna Raquel Rodrigues Santos; SIQUEIRA, Gustavo Silveira. (Orgs.). *História do direito.* 01ed.: FUNJARB, 2012, v. , p. 216-231.

MUNIZ, Iranice Gonçalves. Os 41 Anos da Lei de Anistia e a Família de Elizabeth Altina Teixeira. In: TOSI, G.; FERREIRA, L. F. G.; ZENAIDE, M. N.T. *40 anos da Anistia no Brasil - Lições de Tempos de Lutas e Resistências.* Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2021, p.481-506.

A professora Iranice Muniz Gonçalves atua no campo do Direito Humano Internacional, Direito Constitucional, Direito Ambiental, Direito Agrário, Memória, Verdade e Justiça de Transição. Desenvolve ações de ensino, pesquisa e extensão junto ao Centro de Ciências Humanas, Sociais e Agrárias e no Programa de Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas. No campo da memória e verdade realiza ações de pesquisa e extensão junto ao Memorial das Ligas e Lutas Camponesas no Município de Sapé. Atualmente, compõe o projeto “Integra Transição no Brasil: O Legado do Tribunal Russell II de 1974 na América Latina e a História Contemporânea dos Direitos Humanos” envolvendo a UFPB, a UFRJ, UFAM sob a coordenação da PUC-RJ. Sua produção acadêmica enfoca a Justiça de Transição no Direito Internacional, a tortura como Crime contra a Humanidade e a Justiça de Transição no Brasil, a política de direitos humanos no Brasil, memória, verdade e direitos humanos no meio rural paraibano.

6 DIREITO À MEMÓRIA E À VERDADE NA PRODUÇÃO DOCENTE NA UFPB: CONSIDERAÇÕES FINAIS

A produção no eixo do direito à memória e à verdade na UFPB tem mobilizado docentes das Ciências Agrárias, Ciências Humanas, Ciências Sociais e Aplicadas, Ciências da Educação e Ciências Jurídicas. A produção acadêmica dos

docentes da UFPB resulta da vinculação destes com experiências resultantes de projetos de extensão e pesquisa, em linhas de pesquisa e programas de pós-graduação, projetos e ações de intercâmbio internacional e nacional. A memória institucional do autoritarismo na instituição tem sido um dos eixos centrais da produção acadêmica, seja pela cartografia das perseguições políticas e dos dispositivos de poder, como dos Inquéritos Policiais Militares. Com a instalação da Justiça de Transição ao longo do processo de redemocratização, temas como anistia, exílio, tribunais de opinião, tortura, expurgos e violência institucional passaram a constituir temas de estudos e pesquisas.

O Programa Nacional de Direitos Humanos 3 ao propor a criação da Comissão Nacional da Verdade, mobilizou movimentos de direitos humanos e universidades para a criação de comitês e comissões de verdade. No âmbito da UFPB, emergiram setores de direitos humanos, como, comissão de anistia, comissão de direitos humanos, comissão de memória e verdade que articulam linhas de pesquisas, projetos de extensão, disciplinas de memória e verdade em cursos de pós-graduação, seminários internacionais, produção de teses e dissertações e até a participação dos docentes na Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória e na Comissão Municipal da Verdade de Joao Pessoa colaborando com a pesquisa e a produção de relatórios. O tema da anistia ocupou centralidade a partir dos estudos do Tribunal Russell II coordenado pela Fundação Lelio e Lisli Basso nos tempos de ditadura. Nesse sentido, os estudos envolvendo o Direito Humano Internacional, a anistia e a ditadura militar têm mobilizado universidades sobre o legado do Tribunal Russell II e a Justiça Transicional (TOSI; FERREIRA; ZENAIDE, 2021). As experiências em Comissões de Verdade têm contribuído para a realização de estudos relacionados ao Sistema Nacional de Informação, a vigilância institucional na UFPB, a repressão política com o Ato Institucional nº 5, além da resistência à ditadura militar e da relação entre autoritarismo e educação.

REFERÊNCIAS

ABRÃO, Paulo e TORELLY, Marcelo D. O programa de reparações como eixo estruturante da justiça de transição no Brasil. *In: REÁTEGUI, Félix (Org.) Justiça de transição – manual para a América Latina*. Brasília: Comissão de Anistia MJ; **Brasil & Nova Iorque**: Centro Internacional de Justiça de Transição, 2011, p. 473-516.

ADORNO, Theodor W. **Educação e emancipação**. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

ADORNO, Theodor; HORKHEIM, Max. **Dialética do esclarecimento**. São Paulo: Zahar, 1985.

ALCANTARA, Aureli Alves de. As Possibilidades e os Desafios da Educação em Direitos Humanos no Memorial da Resistência de São Paulo In: TOSI, Giuseppe, FERREIRA Lúcia de Fátima Guerra, ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares. **40 anos da anistia no Brasil**: lições de tempos de lutas e resistências: homenagem a Lelio Basso e Linda Bimbi. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2021, p. 435-462.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **Fé na luta**. São Paulo: Lettera.doc, 2009

BRASIL, Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. **Programa Nacional dos Direitos Humanos (PNDH-3)**. Brasília: SEDH-PR, 2010.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. **Direito à verdade e à memória**: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Brasília : Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.

COSTA, Jurandir Freie. A ética democrática e seus inimigos - o lado privado da violência pública. In: ROITMAN, Ari (Org.) **desafio ético**. São Paulo: Garamound, 2000.

GOMES. Maria José Teixeira. **Ditadura na Universidade Federal da Paraíba**: memória de professores (1964-1971). João Pessoa: CEFET, 2002.

GOMES. Maria José Teixeira. A ditadura na Universidade Federal da Paraíba. In: FERREIRA, Lúcia Guerra e FERNANDES, David. **UFPB 50 anos**. João Pessoa: Editora Universitária, 2006, p. 51-54.

FON FILHO, Aton [et al.]. **A repressão militar-policia no Brasil**. O livro chamado João. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

HABERMAS, Jürgen. **Consciência moral e agir comunicativo**. Tradução de Guido Antônio de Almeida. 2ª reimpressão. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2013. (Biblioteca Tempo Universitário, 84 – Série Estudos Alemães).

HANSEN, Gilvan Luiz. Razão entre a violência e a emancipação: um enfoque habermasiano. In: **Veritas**. Porto Alegre, Março 2007, v. 52 n. 1, p. 79-93.

OAS. **Inter-American Commission on Human Rights**. Derecho a la verdad en las Américas. Disponível em: <http://www.oas.org/es/cidh/informes/pdfs/derecho-verdad-es.pdf>. Acessado em: 16 Jul. 2021.

POLLI, José Renato. Violência e direitos humanos em Jürgen Habermas. *In:* **Revista Lumen**. 2018, v. 3, n. 5., p. 1-14.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. A violência como dispositivo de excesso de poder. **Revista Sociedade & Estado**. Brasília, UnB, julho-dezembro 1995, V. 10, n. 2, p. 281-98.

SCOCUGLIA, Afonso Celso. A história da Ceplar e o movimento social. *In:* GUEDES, Nonato et al. **O jogo da verdade** – revolução de 64 30 anos depois. João Pessoa: A União, 1994.

TEITEL, Ruti. Genealogia da justiça transicional. *In:* REÁTEGUI, Félix (Org.) **Justiça de transição** – manual para a América Latina. Brasília: Comissão de Anistia MJ; Brasil & Nova Iorque: Centro Internacional de Justiça de Transição, 2011, p. 135-170.

ZYL, Paul Van. Promovendo a justiça de transicional em sociedades pós-conflito. *In:* REÁTEGUI, Félix (Org.) **Justiça de transição** – manual para a América Latina. Brasília: Comissão de Anistia MJ; Brasil & Nova Iorque: Centro Internacional de Justiça de Transição, 2011, p. 47-71.

TOSI, G.; FERREIRA, L. F. G.; ZENAIDE, M. N. T. **40 anos da Anistia no Brasil** - Lições de Tempos de Lutas e Resistências. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2021, v.500.

ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares. Educação em Direitos Humanos: uma proposta metodológica. *In:* PATO, Ana e ALCANTARA, Aureli Alves de. **Educação em Direitos Humanos** – Memória e Cidadania. Curso Intensivo. São Paulo: Memorial da Resistencia de São Paulo. 2020.

ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares. **Políticas de extensão universitária e a disputa pela:** a questão dos direitos humanos na UFPB. 2010. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPB, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010. 394 fl.